

SEMICOMPATIBILISMO, RESPONSABILIDADE E MANIPULAÇÃO

SEMICOMPATIBILISM, RESPONSIBILITY, AND MANIPULATION

LEONARDO DE MELLO RIBEIRO

(UFMG / Brasil)

RESUMO

Uma forte objeção a uma estratégia compatibilista da responsabilidade moral — isto é, à tese de que responsabilidade é compatível com uma explicação causal determinista do mundo — diz que, ao defender a possibilidade de agentes responsáveis determinados causalmente por fatos prévios às suas ações, uma estratégia compatibilista não dispõe dos recursos conceituais necessários para refutar a tese intuitiva de que agentes manipulados tacitamente *não* são responsáveis por suas ações. Neste artigo, fornecemos uma resposta a esta objeção, sugerindo como uma estratégia *semicompatibilista*, que apela para a relevância da história causal da formação de estados mentais componentes de deliberações, pode acomodar várias de nossas intuições acerca de casos de manipulação em que estamos dispostos a *negar* que os agentes em questão sejam responsáveis. Por outro lado, tentaremos também mostrar que, segundo tal estratégia semicompatibilista, *certos* processos de manipulação tácita revelam casos em que podemos genuinamente atribuir responsabilidade a agentes, a despeito de haver um componente “manipulador” na explicação das suas ações. Por fim, consideraremos a aplicabilidade da estratégia semicompatibilista a um caso específico, discutido na literatura bioética, sobre manipulação genética de traços componentes do perfil de um agente.

Palavras-chave: Semicompatibilismo. Responsabilidade moral. Manipulação. J. M. Fischer & M. Ravizza. R. Kane.

ABSTRACT

A strong objection to a compatibilist strategy on moral responsibility — *i.e.*, to the thesis according to which responsibility is compatible with a causal deterministic explanation of the world — says that, insofar as a compatibilist strategy claims that agents could be made responsible in spite of the fact that they are causally determined by previous facts to their actions, it lacks conceptual resources to reject the intuitive view that covertly manipulated agents are *not* responsible for their actions. We provide here a response to this objection by suggesting that a *semicompatibilist* strategy, which resorts to the relevance of the causal history in the formation of the mental states which deliberations are composed of, can accommodate many of our intuitions about cases of manipulation and about which we are tempted to *deny* that the agents in question are responsible. On the other hand, we shall try to show that, as a consequence of the semicompatibilist strategy, there might be *some* (covert) manipulation processes in respect of which we could genuinely ascribe responsibility to agents, regardless of there being a manipulating component in the explanation of their actions. Lastly, we shall consider the applicability in practice of the semicompatibilist strategy, and discuss a case mentioned in the literature on bioethics about genetic manipulation of human traits which are constitutive of an agent's profile.

Keywords: Semicompatibilism. Moral responsibility. Manipulation. J. M. Fischer & M. Ravizza. R. Kane.

The question may be raised, what is the meaning of holding me 'responsible' for some past act of mine if that act did not really proceed from and reveal the true nature of the self which I still am? (Hastings Rashdall, "The Theory of Good and Evil", II, 335)

1. O problema

Semicompatibilismo é a tese segundo a qual responsabilidade moral é compatível com uma explicação causal determinista de eventos no mundo. Diferentemente de compatibilistas clássicos, semicompatibilistas defendem que a atribuição de responsabilidade moral independe da compatibilização da tese do determinismo causal com a tese do livre-arbítrio — ou, mais precisamente, da tese do livre-arbítrio em um sentido robusto, que requer a verdade do princípio de possibilidades alternativas, isto é, do princípio que diz que, para cada escolha ou ação, um agente livre possui mais de uma alternativa (de escolha ou ação) disponível. Semicompatibilistas acreditam que a noção fundamental para a atribuição de responsabilidade é certa forma de *controle* de escolhas e ações, que prescinde de ser especificada em termos de livre-arbítrio naquele sentido robusto. Semicompatibilistas, assim, argumentam que uma determinada forma de controle (“guidance control”), que pode ser identificada em agentes simplesmente pelo fato de as decisões tomadas e ações realizadas serem atribuíveis a eles, é suficiente para a responsabilização por ações; enquanto que uma outra forma de controle (“regulative control”), mais robusta, que efetivamente implica a verdade do princípio de possibilidades alternativas, é desnecessária para a atribuição de responsabilidade moral.

Assim, em termos gerais, para semicompatibilistas, a noção (relevante) de controle envolve a capacidade que agentes possuem de guiar suas ações e escolhas por meio de procedimentos e processos que lhes são próprios. Para semicompatibilistas como Fischer (1994; 2006) e Fischer & Ravizza (1998), em particular, um agente ter controle sobre suas ações (no sentido relevante para a atribuição de responsabilidade) significa apenas que ele seja capaz de responder ao mundo através de mecanismos propriamente seus. Neste sentido, segundo tais autores, ainda que possa ser o caso que o agente não pudesse agir de maneira diferente de como agiu — e que, portanto, carecesse de livre-arbítrio genuíno e o princípio de possibilidades alternativas fosse falso —, ele poderia ser responsabilizado por suas ações na medida em que os mecanismos responsáveis, por exemplo, por suas respostas cognitivas, afetivas e conativas ao mundo, subjacentes aos seus processos deliberativos, fossem genuinamente seus.

Nas palavras de Fischer:

On this account, we hold fixed the kind of mechanism that actually issues in the choice

and action, and we see whether the agent responds suitably to reasons (...). (Fischer, 2006: 18)

(...)

That is, holding fixed that mechanism, the agent would presumably choose and act differently in a range of scenarios in which he is presented with good reasons to do so. (Fischer, 2006: 18)

Fischer esclarece o ponto:

In a Frankfurt-type case, the actual sequence proceeds in a way that grounds moral responsibility attributions, even though the alternative scenario (or perhaps a range of alternative scenarios) proceeds in a way that rules out responsibility. In a Frankfurt-type case, no responsibility-undermining factor occurs in the actual sequence, although such a factor occurs in the alternative scenario. Such cases impel us to adopt a more refined theory of moral responsibility — an “actual-sequence model” of moral responsibility. With such an approach, we distinguish between the kinds of mechanisms that operate in the actual sequence and in the alternative sequence (or sequences). (Fischer, 2006: 66)

Assim:

One implication is that being morally responsible does not require genuine metaphysical access to alternative possibilities. (...) [T]his does not imply that alternative scenarios or nonactual possible worlds are irrelevant to the specification of the pertinent modal or dispositional properties of the actual sequence. (Fischer, 2006: 23)

Mas como exatamente tais cenários alternativos (ou não-reais) podem ser relevantes para a atribuição de responsabilidade, mesmo que o princípio de possibilidades alternativas seja falso?

Fischer explica:

In a Frankfurt-type case, the kind of mechanism that actually operates is reasons-responsive, although the kind of mechanism that would operate in the alternative scenario is *not*. (...) Thus, the actual-sequence mechanism can be reasons-responsive, even though the *agent* is not reasons-responsive. (Fischer, 2006: 66)

Mais especificamente, o ponto de Fischer é tentar mostrar que o critério relevante para a atribuição de responsabilidade moral é fundamentalmente saber como decisões e ações se desdobram na sequência (causal) *real* do (nosso) mundo. Mesmo que um agente não seja capaz de agir, em um cenário contrafactual, diferentemente do modo como agiu (no mundo real), ele pode ser dito responsável se o *mecanismo* pelo qual agiu responder adequadamente a fatos no mundo — em que isto significa que, se as circunstâncias fossem distintas de como são realmente, o mecanismo do agente poderia dar uma resposta distinta da resposta dada no mundo real — e o

mecanismo for próprio do agente. Assim, se um indivíduo fosse levado a agir por meio de um mecanismo que nem é genuinamente seu, nem responde adequadamente aos estímulos do mundo, ele não seria responsável. Mas isto não quer dizer absolutamente que sequências causais alternativas (em um mundo possível) às sequências causais do mundo atual não sejam relevantes para a atribuição de responsabilidade. Se o *mecanismo* de um agente fosse tal que o levasse a se comportar da mesma forma diante de diferentes estímulos, em sequências alternativas (em mundos possíveis), o agente não seria responsável pois o mecanismo não operaria adequadamente às interações com o mundo (nos termos de Fischer, ele não seria “reasons-responsive”). Portanto, o comportamento do agente em sequências alternativas (em mundos possíveis) será relevante para determinar se o agente é responsável no mundo real. Mas isto, por outro lado, não quer dizer que o agente seja efetivamente capaz de agir diferentemente do modo como agiu no mundo real.

Apesar da divergência que acabamos de expor com relação ao compatibilismo clássico, semicompatibilistas concordam em vários aspectos com este. No aspecto que mais nos interessa aqui, semicompatibilistas também apelam para a distinção entre causação e constrangimento/compulsão, a fim de diferenciar decisões e ações responsabilizáveis de decisões e ações não-responsabilizáveis. Nos termos do compatibilismo clássico, Schlick (1939: cap.VII), por exemplo, argumenta que uma sequência de eventos *determinista* deve ser contraposta a uma sequência de eventos que se desdobra por *indeterminação*, e não a uma escolha livre, que deve ser contraposta a constrangimento ou compulsão. Enquanto os dois primeiros conceitos envolvem explicações de natureza causal, os dois últimos envolvem explicações de natureza racional ou teleológica. Assim, para o projeto compatibilista clássico, na ausência de constrangimento ou compulsão, um agente pode ser dito livre, a despeito de sua ação poder ocorrer em uma sequência determinista causal de eventos.

O critério básico disponível ao semicompatibilista para traçar uma distinção entre ações responsabilizáveis e ações não-responsabilizáveis consiste — assim como ao compatibilista clássico — em sustentar que agentes são responsáveis na medida em que não enfrentam qualquer constrangimento ou compulsão em suas decisões e ações. Uma vez que haja integração entre a economia mental de um agente (e esta esteja livre de incoerências e inconsistências) e suas ações, ele pode ser dito responsável por estas. Em outros termos, se tais agentes têm controle sobre suas ações (que são resultado de seus próprios processos deliberativos) e não são forçados a agir de

determinada maneira por outros agentes externos ou por qualquer outra “força” que eles reconheçam como externa aos seus processos deliberativos, tais agentes podem ser responsabilizados por suas ações.

Diante desta proposta geral compatibilista (compartilhada tanto por compatibilistas clássicos quanto por semicompatibilistas), poderíamos caracterizar inicialmente casos de constrangimento de ações como aqueles em que um agente é forçado por outro agente a fazer algo contra a sua vontade, e o agente forçado está *ciente* disto. Em tais casos, o semicompatibilista (seguindo o compatibilista clássico) poderia explicar por que o agente não é responsável. Na medida em que ele é forçado a fazer algo que não quer, e está ciente disto, a sua vontade é constrangida de determinada forma.

Esta é uma formulação muito geral da tese semicompatibilista. Mas ela serve inicialmente para nossos propósitos. O ponto fundamental, neste momento de nossa discussão, é salientar que, para o semicompatibilista, na ausência de constrangimento a ações, detectável do ponto de vista de *primeira pessoa*, o agente pode ser dito responsável. À medida que avançarmos em nossa discussão, poderemos qualificar a tese em questão e tornar mais claros os seus compromissos e implicações.

Tal estratégia compatibilista deve, porém, ser capaz de responder a um ataque lançado por certos autores, dos quais Robert Kane e Susan Wolf são nobres representantes. E este ataque se aplica, segundo estes, a toda e qualquer forma de compatibilismo que apele àquela distinção entre causalidade e constrangimento para a atribuição de responsabilidade moral. Uma vez que o argumento daqueles autores se propõe como tendo um alcance geral a toda proposta compatibilista que apele àquela distinção, não apenas o compatibilismo clássico, mas também o semicompatibilismo estaria sujeito a tal ataque. Vejamos como este se dá, mais precisamente.

Kane e Wolf estão dispostos, para fins de argumentação, a aceitar inicialmente os termos gerais de uma proposta compatibilista. Em particular, eles estão dispostos a conceder ao compatibilista que suponhamos que a distinção entre causalidade e constrangimento funcione para explicar a atribuição de responsabilidade. Porém, a estratégia de tais autores consiste, em um segundo passo argumentativo, em identificar casos especiais de determinação causal de ações que *não* são constrangidas (ou, ao menos, não constrangidas no sentido em que os agentes tenham ciência disto de sua perspectiva de primeira pessoa), mas acerca das quais *não* estaríamos

dispostos (intuitivamente) a considerar os agentes envolvidos como responsáveis.

Sobre tais casos especiais de determinação, supostamente problemáticos para uma proposta compatibilista nos termos que vimos apresentando, Susan Wolf afirma que:

(...) we sometimes do question the responsibility of a fully developed agent even when she acts in a way that is clearly attributable to her real self. For we sometimes have reason to question an agent's responsibility *for* her real self. That is, we may think it is not the agent's fault that she is the person she is — in other words, we may think it is not her fault that she has, not just the desires, but also the values she does. (...) [W]e can easily envision (...) forms of psychological conditioning (consider, for example, Orwell's *1984*) that could make more permanent and pervasive changes in the most central features of a person's self. Finally, and perhaps most disturbingly, there are persons whose values we are apt to explain as resulting from deprived or otherwise traumatic childhoods — persons who have fully developed intelligences and a complete, complex range of psychological structures, levels, and capacities for judgment, but who nonetheless do not seem responsible for what they are or what they do. (Wolf, 1990: 37)

Kane, por sua vez, coloca o ponto nos seguintes termos:

Nonconstraining control (...) is exemplified by the cases of behavioral conditioning and behind-the-scenes manipulation [in which] the controllers do not get their way by constraining or coercing others against their wills, but rather by manipulating the wills of others so that the others (willingly) do what the controllers desire. The controlled agents consequently do not feel frustrated or thwarted. They act in accordance with their own wants, desires or intentions. Yet they are controlled nevertheless by others who have manipulated their circumstances so that they want, desire, or intend only what the controllers have planned. In the most interesting cases, such control is a "covert" nonconstraining control (...) in which the controlled agents are unaware of being manipulated or perhaps even unaware of the existence of their controllers. (Kane, 1996: 64-65)

Para tornar mais concreto o seu ponto, Kane diz:

Cases of CNC [covert nonconstraining control] control in larger settings are provided by examples of behavioural engineering such as we find in Utopian works like Aldous Huxley's *Brave New World* or B. F. Skinner's *Walden Two*. Frazier, the fictional founder of Skinner's *Walden Two*, gives a clear description of CNC control when he says that in his community persons can do whatever they want or choose, but they have been conditioned since childhood to want and choose only what they can have or do. (...) For the citizens of *Walden Two*, as they are described, are marvellously "wholehearted" in their attitudes and engagements. They are "satisfied" with themselves (almost to a cloying degree) and "have the wills they want to have." (Kane, 1996: 65)

Porém, seria intuitivamente implausível, segundo Kane — por razões similares às apontadas por Wolf —, considerar tais agentes autônomos e responsáveis.

Yet most people who look at Walden Two would say — and say rightly, in my opinion — that its citizens lack free will in a deeper sense than being able to do what they want and will what they want. In this deeper sense, their wills are not "their own" because they are not the original creators of their own ends or purposes. Their ends or purposes are created by their conditioners or controllers. (Kane, 1996: 65)

(...)

If we came to be wholehearted not by our own efforts but by brainwashing or being manipulated by a cult leader, or conditioned by behavioral engineers, or given a powerful mind-altering drug, we might be satisfied with the will we had, but would lack autonomy in the deeper sense of "control over our own wills" that was traditionally associated with free will. (Kane, 1996: 64)

Isto é, segundo Kane, um problema para toda forma de compatibilismo:

It has been noted by compatibilists themselves (...) that CNC control poses problems for all compatibilist views of free agency (...). It is easy enough to see why. Compatibilists want to define freedom in terms of the "absence of *constraints*" that prevent agents from acting as they want (...). But CNC control is *nonconstraining*. Its existence is consistent with saying that agents can do what they will and will what they want. (Kane, 1996: 67)

O ponto de Kane e Wolf parece ser o seguinte: teses compatibilistas que apelam para a distinção entre constrangimento e causação para atribuição de responsabilidade moral não dispõem dos recursos conceituais necessários para *negar* que agentes sujeitos a tais cenários de manipulação (tácita) sejam responsáveis. Uma vez que as ações destes indivíduos são resultado de um processo causal e eles *não* experimentam qualquer tipo de constrangimento de sua perspectiva de primeira pessoa, o compatibilista não teria como negar que tais indivíduos são responsáveis (e autônomos) — ainda que a determinação de suas ações seja, em última instância, realizada por um outro agente externo. Afinal, tais indivíduos não impõem qualquer resistência às suas ações de seu ponto de vista deliberativo; eles podem ser psicologicamente integrados e inteiramente satisfeitos com seu comportamento. Ainda assim, nossas intuições nos dizem que eles não são responsáveis (nem autônomos), pois sua vida mental é inteiramente manipulada, de modo que não há neles qualquer espaço para genuína “autodeterminação”.

As considerações de Kane e Wolf contra a estratégia geral compatibilista são fortes. Elas

parecem fazer jus às nossas intuições acerca de casos de manipulação (tácita) de ações como “lavagem cerebral”, hipnose, doutrinação, persuasão retórica, etc., acerca dos quais não estaríamos dispostos a considerar os agentes, vítimas de tais procedimentos, como responsáveis. Assim, o ponto fundamental de Kane e Wolf é impor restrições à resposta que um compatibilista pode fornecer à possibilidade de diferenciação entre processos causais manipuladores e processos causais não-manipuladores, obrigando-o a acomodar aquelas nossas intuições.

Mais precisamente, o desafio ao compatibilismo posto por Kane e Wolf pode ser resumido com a pergunta: como uma interpretação causal da origem de decisões e ações pode excluir casos de manipulação (tácita)? Uma vez que o processo de manipulação é ele mesmo um processo causal, a dificuldade para o compatibilista seria distinguir causas que determinam estados mentais (relevantes para processos deliberativos) de agentes — mas que não eliminariam a responsabilidade destes — de causas que são resultado de um processo manipulador, que efetivamente eliminariam a responsabilidade do agente. Uma vez que ambos os processos são deterministas causais, a dificuldade poderia, à primeira vista, estar no *próprio processo determinista causal*.

Podemos notar que o argumento de Kane e Wolf parece depender da ideia de que a história causal prévia aos estados mentais constitutivos de deliberações de agentes não é relevante para a atribuição de responsabilidade. Segundo esta interpretação, o fato de um determinado agente realizar suas ações sem qualquer constrangimento (ou constrangimento do qual esteja ciente) seria *suficiente* para tornar sua ação responsável, do ponto de vista de uma estratégia compatibilista. Uma vez que, em tais casos de manipulação tácita, os agentes não experimentam qualquer tipo de constrangimento, eles seriam responsáveis, de acordo com aquela estratégia.

Diante disto, se o compatibilista for capaz de responder à objeção de Kane e Wolf, ele terá, como um de seus recursos argumentativos, que negar aquela proposição, a saber, a de que a história causal prévia aos estados mentais constitutivos de deliberações de agentes não é relevante para a atribuição de responsabilidade, em um modelo compatibilista, e negar que a mera ausência de constrangimento da perspectiva de primeira pessoa de um agente seja suficiente para a atribuição de responsabilidade.

Duas perguntas parecem, então, ser relevantes: (i) A história causal prévia às deliberações e ações de um indivíduo é mesmo irrelevante para uma estratégia compatibilista de atribuição de

reponsabilidade? (ii) Todos os casos de manipulação (tácita) são efetivamente casos em que *não* estamos dispostos a atribuir responsabilidade aos indivíduos vítimas de processos manipuladores?

No que se segue, tentaremos mostrar que o argumento de Kane e Wolf não funciona como um ataque decisivo à tese *semicompatibilista* — ainda que exija uma qualificação desta e possa, por outro lado, efetivamente funcionar contra a tese do *compatibilismo clássico*. Na próxima seção tentaremos responder à questão (i) acima, explicando por que a história causal prévia às deliberações e ações de um indivíduo deve ser *relevante* para uma tese semicompatibilista da reponsabilidade moral. Uma vez que a resposta à questão (i) será relevante para responder à questão (ii), na seção 3 consideraremos as implicações daquela resposta que permitem que façamos distinções mais refinadas entre, por um lado, determinações das ações de indivíduos — resultado de processos manipuladores — que efetivamente os tornam não-responsáveis, e por outro lado que os mantêm responsáveis. Por fim, na seção 4, consideraremos a aplicabilidade da teoria da responsabilidade moral semicompatibilista a um caso prático, recorrente na literatura sobre bioética. Veremos nesta última seção que, em casos de manipulação genética de traços de um indivíduo, podemos considerar este responsável por suas ações, ainda que ele tenha sido, em um sentido especial, manipulado.

2. Semicompatibilismo e história causal

Ao contrário da sugestão de Kane e Wolf, em resposta à questão (i) acima, certos compatibilistas afirmam que a história causal prévia às deliberações e ações de um indivíduo deve efetivamente ser relevante para uma teoria da responsabilidade moral. Alfred Mele, por exemplo, diz que:

[D]eterminists are in a position to distinguish among different causal routes to the collections of values (and “characters”) agents have at a time. They are also in a position to provide principled grounds for holding that distinct routes to two type-identical collections of values may be such that one and only one of those routes blocks autonomy regarding a life lived in accordance with those values. An analogue of the familiar compatibilist distinction between caused and compelled (or constrained) behaviour may be used here. (Mele, 2002: 542)

Um semicompatibilista, como Fischer (2006), sugere, por sua vez, que:

Evidently, the causal history of an action matters to us in making moral responsibility attributions. When persons are manipulated in certain ways, they are like marionettes and are not appropriate candidates for praise or blame. Certain factors issuing in behavior are, we understand intuitively, responsibility-undermining factors. (Fischer, 2006: 65)

Mais precisamente, Fischer & Ravizza (1998) dizem que:

Moral Responsibility (...) appear to be a historical phenomenon: whether an agent is morally responsible cannot be read off his snapshot properties, but is at least in part a matter of how those properties came to be instantiated. Given that the snapshot properties are held fixed, alterations in facts about the causal history of an action can elicit alterations in our views about the agent's responsibility. (Fischer & Ravizza, 1998: 186-187)

À primeira vista, o que estes autores parecem dizer é que a história causal prévia ao processo deliberativo de um agente é relevante porque, ao supormos que casos de manipulação (tácita) envolvem agentes intencionais externos manipuladores (que são bem sucedidos), há algo “violado” no agente manipulado, ainda que esta informação não esteja acessível ao agente, do seu ponto de vista de primeira pessoa, e que o processo possa ser descrito causalmente.

Porém, se é apenas isto o que tais autores têm a dizer, suas propostas soam simplesmente como uma petição de princípio à objeção anticompatibilista de Kane e Wolf. O compatibilista precisa dizer mais do que simplesmente afirmar que a história causal é relevante, dadas as nossas intuições sobre casos de manipulação, porque há algo “violado” no agente manipulado. Isto é obviamente algo com o que todas as partes do debate concordam. O compatibilista precisa mostrar que ele possui os recursos conceituais necessários para fazer uma distinção entre processos causais relevantes e não-relevantes para a atribuição de responsabilidade. Ele precisa explicar por que uma determinada sequência causal no mundo se constitui como “violação”. E isto não parece ser dado simplesmente através do reconhecimento de um processo manipulador. O compatibilista precisa mostrar, *em termos especificamente* compatibilistas, como um processo causal manipulador pode interferir na atribuição de responsabilidade por ações de um agente.

Mas há um detalhe importante na passagem de Mele que vimos acima. Mele faz menção à

distinção entre causa e constrangimento, à qual a tese compatibilista clássica apela. Uma tal qualificação, como veremos a seguir, parece fornecer a rota — ao menos ao *semicompatibilista* — para uma resposta ao tipo de objeção anticompatibilista exemplificada aqui por Kane e Wolf.

Assim como as tradicionais objeções ao compatibilismo, que exigiam de defensores desta tese uma explicação sobre como tornar a atribuição de responsabilidade (que supostamente pressupõe livre-arbítrio) possível em um mundo determinista causal, a vertente de objeção de Kane e Wolf parece confundir causação com constrangimento. Como vimos acima com Schlick, a fim de manter em ordem os tipos de explicações que podemos fornecer para contextos de ações, uma sequência determinista causal deve ser contraposta a uma sequência indeterminista causal, enquanto que escolha livre deve ser contraposta a constrangimento (ou compulsão). A objeção de Kane e Wolf parece também deixar de atentar para este tipo de distinção, que efetivamente torna possível uma qualificação da estratégia compatibilista, ainda que de forma menos explícita. Vejamos como isto pode se dar.

O semicompatibilista poderia responder dizendo que o oposto de manipulação não é (necessariamente) ausência de determinismo causal, como o anticompatibilista parece supor. O oposto de manipulação poderia ser apenas o fato de um agente guiar-se por si mesmo, ter controle sobre suas escolhas e ações, sem intervenções externas aos mecanismos responsáveis por seus padrões de resposta ao mundo, subjacentes a seus próprios processos deliberativos. E isto parece ser plenamente compatível com determinismo causal. Assim, o erro da objeção anticompatibilista de Kane e Wolf consistiria em confundir (assim como as tradicionais objeções ao compatibilismo) os *níveis de explicação* dos processos em questão. Confundir tais níveis é o que leva o anticompatibilista a contrapor erroneamente o conceito racional e teleológico de manipulação a uma descrição meramente causal de uma sequência de eventos que culminam em uma ação. Na medida em que os agentes manipulados são, ainda que por um processo causal, tacitamente levados a se comportar de uma determinada maneira como resultado das *intenções* de um agente externo, eles podem ser ditos *constrangidos*, em um sentido estendido, a agir de tal maneira, e, portanto, não de modo responsável. Em outros termos, parece bastar ao semicompatibilista dizer que o processo causal que leva um agente a se comportar de determinada maneira pode ser redescrito em termos racionais e teleológicos, como resultado das intenções de um agente externo. Assim, tal agente externo não apenas produz um resultado causal na psicologia de um outro agente, mas o faz alterando os padrões de resposta ao mundo —

subjacentes aos processos deliberativos — deste.

A vertente de objeção de Kane e Wolf parece ser, assim, essencialmente a mesma das tradicionais objeções ao compatibilismo. Mas, feitos esses esclarecimentos, há agora uma diferença fundamental a ser notada entre a caracterização que pode ser fornecida por um *semicompatibilista* e aquela que pode ser fornecida por um *anticompatibilista* acerca do conceito de manipulação. Enquanto que um *anticompatibilista*, nos termos que temos visto aqui, terá aparentemente que dizer que manipulação é algo que elimina responsabilidade porque um tal processo impede que um agente tenha mais de uma opção futura aberta como objeto de escolha, o *semicompatibilista* tem outras razões para defender que um processo de manipulação elimina a responsabilidade moral de um agente. Para o *semicompatibilista*, a dificuldade não está no fato de um tal processo falsificar uma instância do princípio de possibilidades alternativas, pois o *semicompatibilista* pode admitir que este princípio é falso. O *semicompatibilista* admite que o agente pode ser causalmente determinado no sentido de não poder ter agido diferentemente do modo como agiu e, ainda assim, ser responsável. A diferença está no fato de que, em um processo de manipulação, a determinação causal de uma ação tem origem em algo *extrínseco aos padrões de resposta dos mecanismos* responsáveis pelas reações cognitivas, afetivas e conativas do próprio agente, em interação com o mundo, e que são subjacentes aos seus processos deliberativos. Como diz Fischer,

(...) on the approach to compatibilism I favor, one looks carefully at the *history* of the behavior in question. If there is unconsented-to covert manipulation of certain sorts, this can be the sort of historical factor that rules out moral responsibility. On my approach, one demands that the behavior issue from the agent's own suitably reasons-sensitive mechanism. That is, the agent must — in a specified sense — have “ownership” of the process that leads to the behavior, and this process must be appropriately sensitive to reasons. (Fischer, 2006: 132)

Podemos agora notar que, curiosamente, a caracterização do *semicompatibilista* do conceito de manipulação parece fazer mais jus ao que está na base de nossas intuições sobre processos manipuladores do que aquilo que o *anticompatibilista* parece ter a dizer. Para o *anticompatibilista*, o problema não está no fato de que algo é “violado” no processo deliberativo do agente *especificamente pelo procedimento manipulador*. Para o *anticompatibilista*, o processo manipulador “viola” a responsabilidade do agente assim como qualquer outro processo de

determinação causal. Para o anticompatibilista, o problema está no fato de um processo de determinação causal tornar impossível ao agente que ele tenha mais de uma opção de ação futura que lhe esteja disponível. Nesse sentido, parece ser o anticompatibilista, e não o semicompatibilista, quem enfrenta dificuldades para explicar o que um processo manipulador tem de especialmente problemático para a atribuição de responsabilidade. Ao contrário da sugestão inicial, é o anticompatibilista quem parece não possuir os recursos conceituais disponíveis para diferenciar um processo de manipulação de um outro processo qualquer de determinação causal.

Estamos agora em condições de melhor avaliar o argumento de Kane e Wolf, segundo o qual toda e qualquer estratégia compatibilista não possuiria os recursos conceituais para impedir a atribuição de responsabilidade em casos de manipulação tácita (bem sucedida). A resposta que tal argumento recebe do *semicompatibilista* é a seguinte: o erro da objeção de Kane e Wolf consiste em supor que, para todo compatibilista, o critério para a atribuição de responsabilidade a agentes consiste única e exclusivamente nos estados mentais (fenomenológicos) a que o próprio agente tem acesso de sua perspectiva de *primeira pessoa*. Mas, se o que acabamos de dizer acerca de mecanismos de resposta ao mundo, próprios de um agente, fizer sentido, ao menos o *semicompatibilista* seria capaz de atribuir responsabilidade a agentes não apenas com relação a estados mentais que lhes são acessíveis da perspectiva de primeira pessoa, mas também com relação a certos mecanismos responsáveis pelas respostas de tais agentes ao mundo, que seriam passíveis de descrição apenas da perspectiva de *terceira pessoa*.

Mas, diante dessa proposta, poder-se-ia perguntar: como exatamente os mecanismos subjacentes às respostas cognitivas, afetivas e conativas de agentes ao mundo podem ser relevantes para a atribuição de responsabilidade? Para responder a esta questão consideremos o que está em jogo na ação do agente manipulador em cenários de manipulação tácita. Um semicompatibilista poderia dizer que a ideia aqui é a de que tal agente impede o curso normal das reações ao mundo dos agentes manipulados. Neste sentido, as suas deliberações podem ser consideradas como *não sendo genuinamente suas* porque não têm origem nos mecanismos próprios do indivíduo, responsáveis por suas respostas ao mundo. Assim, nenhum semicompatibilista precisa negar que intenções bem sucedidas de agentes manipuladores eliminam a responsabilidade moral por ações. Ainda que isto possa ser imperceptível à perspectiva de *primeira pessoa* do agente manipulado, as reações características das respostas que cada indivíduo dá ao mundo, nas mais diversas situações, devem ser relevantes para a

atribuição de responsabilidade, em um modelo semicompatibilista. Uma discussão mais detalhada deste ponto é o que veremos a seguir.

3. Semicompatibilismo e manipulação

Diante da interpretação proposta na seção anterior, ao apelar para a relevância da história causal da ação, o semicompatibilista pareceria poder acomodar as nossas intuições de que casos de manipulação de ações nos impedem de atribuir responsabilidade aos agentes manipulados. Isto responde à nossa questão (i) acima. Mas o que dizer da questão (ii)? Todos os casos de manipulação efetivamente nos impedem de atribuir responsabilidade aos agentes manipulados? Uma resposta a esta questão nos ajudará a mostrar como o semicompatibilista pode explicar o tipo de “violação” que ocorre em processos manipuladores.

Podemos inicialmente fazer uma distinção entre duas categorias possíveis de manipulação, em termos de grau:

(1) Local

(2) Global

Manipulação local é um processo de manipulação que ocorre com relação a mecanismos e estados mentais particulares, isoladamente dos demais mecanismos e estados mentais componentes da psicologia de um agente. Manipulação global, por outro lado, é um tipo de manipulação que envolve uma forma de controle de todos os estados mentais de um indivíduo ou de seus mecanismos de resposta ao mundo.

Esta distinção pode ser ainda mais refinada, a fim de contemplar os seguintes *resultados* de processos manipuladores:

(MLI) processo de manipulação local irresistível;

(MLR) processo de manipulação local resistível;

(MG) processo de manipulação global.

Um processo manipulador seria classificado como resistível ou irresistível relativamente a

seus efeitos sobre os estados mentais e mecanismos subjacentes das respostas cognitivas, afetivas e conativas de agentes ao mundo. Abordaremos inicialmente MLI e MG, que parecem ser casos que claramente tornam inapropriada a atribuição de responsabilidade a agentes que estão sujeitos a tais processos. Veremos posteriormente processos do tipo MLR, segundo os quais seria apropriado considerar o agente responsável em alguns casos e inapropriado em outros.

Um processo MLI seria um processo de manipulação de um estado mental específico e isolado (ou de um conjunto delimitado de estados mentais) que efetivamente, e de maneira irresistível, levaria o indivíduo a se comportar tal como o agente manipulador intencionasse, alterando o padrão de resposta deste indivíduo ao mundo. Tais processos manipuladores podem, obviamente, ocorrer com a ciência do agente manipulado. Mas casos como este não são de nosso interesse aqui, uma vez que estamos preocupados apenas com casos de manipulação tácita.

Um processo MLI não precisa, porém, ser perceptível ao agente manipulado. Ainda que a alteração de certos padrões cognitivos, afetivos ou conativos possa ser apenas local (e, em alguns casos, produzir algum tipo de “estranhamento” da perspectiva deliberativa de primeira pessoa do agente), o próprio agente pode não reconhecer-se manipulado, quando em um estado alterado por um elemento manipulador tácito qualquer.

Por exemplo: se um agente é capaz de alterar, através da administração de uma determinada substância, localmente os padrões cognitivos, afetivos e conativos de um outro agente, tal alteração poderia ser produzida de tal forma a não ser percebida — pelo agente manipulado — como envolvendo qualquer tipo de constrangimento. Em casos desta natureza, deve estar claro que um processo de manipulação, por ser *irresistível*, tornaria inapropriada a atribuição de responsabilidade ao agente manipulado pelos comportamentos resultantes de tal processo — mesmo que a atribuição de não-responsabilidade fosse possível apenas da perspectiva de *terceira pessoa*.

Um processo MG, por outro lado, seria necessariamente um processo de manipulação *irresistível*. Parece não fazer sentido traçar uma distinção entre processos MG resistíveis e irresistíveis. Se o processo em questão alterasse *todos* os padrões cognitivos, afetivos e conativos de um agente, ele seria necessariamente *irresistível*. Afinal, não haveria como conceber um cenário tal que um mecanismo próprio do indivíduo pudesse operar por si mesmo, de forma a fornecer uma resposta distinta àquela determinada pelo elemento manipulador.

Por exemplo, alguém que, pela intervenção de um agente externo, sofresse um processo de lavagem cerebral ou ingerisse uma substância poderosa o bastante para alterar todos os seus padrões cognitivos, afetivos e conativos de resposta ao mundo, seria alguém manipulado globalmente — a quem não estaríamos dispostos a atribuir responsabilidade por ações que tivessem origem em tais alterações.

Os tipos de processos MLI e MG parecem expressar o que entendemos usual e convencionalmente pelo termo “manipulação”, por serem irresistíveis e envolverem o sucesso do agente manipulador. Com relação a tais casos, como vimos, uma tese semicompatibilista parece possuir recursos conceituais para interpretar tais indivíduos manipulados como não responsáveis. O semicompatibilista pode apelar para a história causal relevante do processo em questão a fim de explicar por que processos de manipulação podem excluir a responsabilidade moral por ações: estes processos impedem (irresistivelmente) o funcionamento normal dos mecanismos de respostas de um indivíduo ao mundo.

Porém, resta saber o que dizer de processos de mera *introdução* de um componente localmente manipulador, na psicologia de um indivíduo, que *não* possui efeitos irresistíveis — isto é, processos em que *não* há a *garantia* de sucesso do agente manipulador, mas tão-somente a tentativa deste de manipular um outro agente. Este é o caso sob o qual MLR, listado acima, recai. A questão relevante, então, passa a ser: haveria cenários tais que os indivíduos que fossem suscetíveis a processos manipuladores dessa natureza poderiam ser ditos responsáveis?

Para responder a esta questão, precisamos notar, em primeiro lugar, que a discussão relevante não é exatamente saber se um *elemento* introduzido na psicologia de um indivíduo, que seja capaz de alterar localmente — mas de maneira não-irresistível — os padrões cognitivos, afetivos e conativos do indivíduo em questão, seria ele mesmo efetivamente *manipulador*. Podemos concordar apenas que um tal indivíduo estaria sujeito a um *processo de manipulação*. A questão relevante seria, então, saber se tal elemento, resultado de um processo de tentativa de manipulação, eliminaria a *responsabilidade* do indivíduo que está sujeito a ele, nas situações em que o agente efetivamente se comportasse tal como o *agente manipulador* intenciona. Uma vez que *ex hypothesi* o elemento manipulador é resistível, faz sentido perguntar se os mecanismos subjacentes do agente que sofre de tal processo podem operar por si mesmos.

Com este tipo de caso, conjecturamos sobre a possibilidade de que o agente sofra um

processo manipulador que não lhe é irresistível, de modo que, ao menos em alguns dos casos (de meras tentativas de manipulação por um outro agente), ele possa ser dito responsável. Possa ser dito responsável a despeito do elemento “manipulador” introduzido em sua economia mental e do fato de ele (que está sujeito ao processo) efetivamente se comportar tal como o agente manipulador intenciona.

Mas como alguém pode ser responsável, mesmo estando sujeito à introdução de um elemento manipulador em sua economia mental? O que significa sugerir isto, em termos mais precisos? Significa que os mecanismos causais subjacentes às deliberações dos agentes que sofressem um processo de manipulação em tal cenário poderiam ser operativos por si mesmos e “absorver” o elemento manipulador. Os agentes que sofressem de um processo manipulador dessa natureza poderiam, assim, genuinamente responder ao elemento manipulador e seus mecanismos poderiam operar, por assim dizer, “autonomamente”.

Se tais casos são possíveis, temos razões para crer que os agentes neles envolvidos poderiam ser ditos moralmente responsáveis por suas ações. Eles seriam responsáveis porque seus próprios mecanismos responderiam operativamente — no que tange aos padrões de respostas cognitivas, afetivas e conativas — às intenções de agentes manipuladores, a despeito de que terminem por se comportar efetivamente do modo como os manipuladores intencionam. Ainda que isto ocorresse, seus mecanismos poderiam ser plenamente operativos e responder positivamente às investidas do agente manipulador.

Exemplos concretos serão úteis para ilustrar o nosso ponto. Retornemos aos casos descritos por Huxley, Skinner e Orwell. Supondo que os indivíduos em tais cenários enfrentem casos de manipulação local, eles serão ou não responsáveis se seus próprios mecanismos — de respostas cognitivas, afetivas e conativas ao mundo — estiverem operando por si mesmos, diante de um elemento manipulador. Se os componentes manipuladores introduzidos forem irresistíveis e, como tal, impedirem os mecanismos dos agentes manipulados de fornecerem suas respostas-padrão diante de determinadas circunstâncias do mundo, então tais agentes não serão responsáveis. Mas se, por outro lado, tais mecanismos respondem operativamente à introdução de determinado componente manipulador, os agentes podem ser ditos responsáveis. Este é o caso mesmo que pudéssemos conjecturar que tais agentes nunca viessem a se comportar de tal maneira se não sofressem tal investida de agentes externos manipuladores.

Consideremos ainda um outro caso, para tornar a nossa proposta ainda mais clara: o experimento de Stanley Milgram (1963), parte fundamental de várias das teses da psicologia situacionista contemporânea sobre as relações entre autoridade e obediência. Neste experimento, um grupo de pessoas foi pressionado pelo experimentador a dar choques em um outro indivíduo (que ficava em uma outra sala, com a qual havia apenas contato auditivo limitado) cada vez que o indivíduo errasse a resposta para uma pergunta que lhe era feita. A cada erro os choques tornavam-se mais potentes e, portanto, mais dolorosos, podendo levar até à morte. Este era o cenário diante do qual aquele grupo de pessoas acreditava estar. Porém, na verdade, não havia choque algum e o indivíduo que supostamente sofria era um ator.

Uma maneira de interpretar tal experimento seria sugerir que poderia haver um elemento manipulador (local) introduzido na economia mental dos agentes que participam do teste, e que tem relação com perspectivas normativas (que podem se tornar conflitantes) de autoridade, moralidade e prudência. Supondo que seja plausível interpretar o experimento como envolvendo um processo de manipulação, a questão que nos interessa é saber se estamos propensos a dizer que tais agentes são ou não responsáveis por suas respostas ao experimento, a despeito de tal elemento introduzido em suas mentes. Isto dependerá, segundo a teoria que vimos discutindo, do fato (empírico) de os padrões de respostas cognitivas, afetivas e conativas ao mundo dos agentes em questão terem ou não sido alterados ou impedidos de funcionar normalmente durante o experimento. E poderíamos carecer de razões para supormos que os mecanismos de tal indivíduo não estão plenamente operativos.

Mas como, exatamente, especificar esta proposta em termos teóricos? Não parece haver outra possibilidade senão através de uma teoria empírica sobre a psicologia — e/ou talvez a biologia — humana. Tal proposta, curiosamente, torna a atribuição de responsabilidade moral a agentes uma questão parcialmente *empírica*. Se indivíduos são ou não responsáveis dependerá em grande parte de suas capacidades naturais de resposta ao mundo serem ou não “violadas”. Não seremos capazes de responder a esta questão de modo preciso antes de sabermos mais sobre os mecanismos subjacentes reguladores das deliberações e respostas de agentes ao mundo. Assim, de acordo com uma tal proposta empírica para a noção de responsabilidade moral, poderia ser o caso que alguns agentes fossem responsáveis, enquanto que outros não, *diante dos mesmos estímulos do mundo*.

O caráter empírico da proposta levanta, na verdade, uma outra possibilidade. Se descobríssemos — como defendem alguns psicólogos evolucionistas e alguns filósofos — que há certos mecanismos e conteúdos mentais *inatos* relacionados, por exemplo, ao nosso comportamento moral, poderíamos dizer que qualquer tipo de procedimento que alterasse irresistivelmente os padrões de resposta de tais mecanismos e conteúdos eliminaria a responsabilidade do agente — ao menos *prima facie*. Nestes termos, poderia ser o caso que qualquer tipo de tentativa de educação moral de um indivíduo envolvesse a possibilidade de “violação” de algo fundamental no indivíduo para a atribuição de responsabilidade por ações. Mas se isto é ou não o caso *não* dependeria inteiramente de respostas filosóficas, mas também de teorias empíricas sobre a nossa psicologia e, talvez, biologia.

Uma dificuldade com essa proposta estaria no fato de que, à primeira vista, toda e qualquer alteração efetiva nos padrões de resposta de mecanismos subjacentes aos processos deliberativos de um agente — mesmo que, como visto acima, resultado de um processo de educação moral — eliminaria a responsabilidade dele. Poder-se-ia sugerir que isto é não apenas implausível, mas compromete a proposta em questão com certa visão (talvez suspeita) *essencialista* do papel de tais mecanismos na constituição do perfil do agente. Isto pode realmente conter algo correto, na medida em que tais mecanismos poderiam ser entendidos como constituintes da essência de um agente. Mas, ainda que haja espaço para esse tipo de interpretação, o ponto talvez não deva ser sobrestimado. Poderia ser o caso que determinadas alterações nos padrões particulares de resposta de agentes ao mundo passassem a ser constitutivas da essência do agente *como uma questão empírica*. Ainda que inicialmente pudéssemos dizer que o agente não é responsável pelos atos resultantes de tais alterações, se tais alterações em seus mecanismos se tornassem *permanentes*, elas poderiam passar a ser consideradas, ao menos em alguns casos, constitutivas do agente. Neste caso, poderíamos passar a considerá-lo responsável, ainda que as atuais respostas de seus mecanismos tenham tido origem em um processo manipulador.

Podemos agora resumir nossa discussão nesta seção voltando a um ponto já estabelecido anteriormente. Os padrões segundo os quais reagimos a estados de coisas do mundo devem ser importantes para um semicompatibilista. Segundo o semicompatibilista, há mecanismos causais em nós que explicam ultimamente nossas reações a cenários do mundo. Isto é certamente uma proposta robusta metaética que careceria de uma defesa mais consistente do que é possível aqui

fornecer. Porém, para nossos propósitos negativos (e modestos) de responder à objeção ao semicompatibilismo que aqui nos ocupam, basta atribuir a este a defesa da tese de que o impedimento do funcionamento de tais mecanismos pode ser admitido como uma forma de “constrangimento” (mesmo que seja identificável apenas da perspectiva de terceira pessoa) que é relevante para a atribuição de responsabilidade.

4. Manipulação global e pessoas de laboratório

Dissemos que a interferência por elementos manipuladores, na psicologia de um agente, que impedissem, local ou globalmente, que os seus mecanismos próprios de resposta ao mundo — subjacentes às suas deliberações — operassem normalmente tornaria o agente não-responsável. Na última seção vimos que, em determinados contextos, um agente poderia sofrer localmente um processor manipulador e, ainda assim, ser responsável.

Por outro lado, dissemos também que não faz sentido falar de um processo global de manipulação que seja resistível. À primeira vista, isso significaria dizer que tais processos globais de manipulação tornam agentes assim manipulados não-responsáveis. Nesta seção, consideraremos um *sentido estendido* de manipulação global, em que um agente globalmente manipulado pode ser dito responsável.

O sentido de manipulação em questão se dá em um contexto em que um indivíduo *não* pode absolutamente resistir a elementos manipuladores porque eles são *constitutivos* do próprio indivíduo como agente. Neste cenário, os elementos manipuladores presentes no agente são, por assim dizer, ao mesmo tempo “externos” e “internos”. Externos porque são resultado da manipulação de um outro agente; e internos porque são constitutivos das próprias capacidades de responder ao mundo e agir do indivíduo.

Como concretamente se poderia configurar um tal cenário? Ele seria possível se as capacidades cognitivas, afetivas e conativas de um determinado agente fossem *elas mesmas* “projetadas” por um outro agente. Em um caso assim, como veremos, podemos talvez dizer que o agente é responsável, a despeito do elemento global manipulador. Ainda que manipulado, não há relativamente ao indivíduo, previamente ao processo de manipulação, algo que possamos

propriamente considerar como próprio do indivíduo tal que o processo de projeção de suas capacidades constitua uma “violação” da sua “autonomia” e impeça a atribuição de responsabilidade.

A extensão do conceito de manipulação a ser considerada nesta seção servirá ainda a outro propósito: ela funcionará como base teórica para extrair uma aplicação prática da teoria semicompatibilista da responsabilidade que vimos considerando. Tal possibilidade de aplicação parece ser particularmente relevante para um determinado debate em curso sobre questões bioéticas. Este diz respeito a certos usos que podem ser feitos dos avanços recentes da engenharia genética. Um uso factual — já praticado em alguns países — dos avanços tecnológicos da engenharia genética diz respeito à possibilidade de escolha de determinados traços (por seleção genética) dos filhos pelos pais. Pais podem projetar seus filhos de acordo com a escolha de determinados traços intelectuais, do mesmo modo como escolhem cor de olhos, dos cabelos, da pele, etc.

Contra tais práticas, é comum identificarmos na literatura relevante sobre o tema o chamado “argumento da autonomia”. Michael Sandel, em seu livro *The Case Against Perfection*, apresenta-o como o argumento segundo o qual é condenável a escolha por seleção genética dos traços de filhos, assim como a clonagem humana, porque isto implicaria a violação da autonomia de indivíduos humanos. Uma vez que uma violação da autonomia de um agente — ou, ao menos, uma violação oriunda de um processo manipulador — é normalmente interpretada como implicando que o indivíduo deixa de ser responsável por suas ações, a questão se torna obviamente relevante para nossa discussão.

Nas palavras de Sandel:

Some say cloning is wrong because it violates the child’s right to autonomy. By choosing in advance the genetic makeup of the child, the parents consign her to a life in the shadow of someone who has gone before, and so deprive the child of her right to an open future. The autonomy objection can be raised not only against cloning but also against any form of bioengineering that allows parents to choose their child’s genetic characteristics. According to this objection, the problem with genetic engineering is that “designer children” are not fully free; even favorable genetic enhancements (for musical talent, say, or athletic prowess) would point children toward particular life choices, impairing their autonomy and violating their right to choose their life plan for themselves. (Sandel, 2007: 6-7)

Podemos, obviamente, condenar tais práticas por uma série de razões morais. Nosso objetivo aqui

não é propriamente discutir tais razões exaustivamente. Não é igualmente nosso objetivo defender tais práticas de apropriação dos recursos da engenharia genética. Nosso ponto seria simplesmente argumentar que uma possível condenação de tal prática não seria bem fundamentada se recorresse ao *argumento da autonomia* e se a proposta anterior de uma estratégia semicompatibilista funcionar.

Aquilo que um semicompatibilista tem a dizer sobre o que está em jogo naqueles cenários deve se aproximar da intuição de Sandel, quando este diz que:

But [the autonomy argument] is not persuasive (...). [I]t wrongly implies that, absent a designing parent, children are free to choose their physical characteristics for themselves. But none of us chooses our own genetic inheritance. (Sandel, 2007: 6-7)

O ponto do semicompatibilista deve funcionar, na verdade, de modo complementar à argumentação de Sandel.

Um processo de seleção genética de escolha de determinadas características de filhos por pais poderia ser enquadrado como um dos tipos de processo que chamamos de “manipulação global”. Se considerarmos as implicações da estratégia semicompatibilista neste caso, não faria sentido falar de “violação” de algo no indivíduo que impedisse a atribuição de responsabilidade, pois tal indivíduo ainda não existe e, portanto, não tem nenhum de seus padrões e mecanismos próprios de resposta ao mundo alterados.

Se esta é uma implicação da teoria semicompatibilista, então o argumento da autonomia não estaria disponível como uma razão contrária a tal prática de planejamento genético dos traços de um indivíduo (ainda não nascido). Este indivíduo poderia ser dito, no curso de seu desenvolvimento, plenamente responsável e autônomo, segundo a interpretação da estratégia semicompatibilista que propusemos, ainda que várias de suas capacidades cognitivas, afetivas e conativas possam ter sido projetadas por outros agentes.

5. Conclusão

Vimos que um ataque comum (representado aqui por Kane e Wolf) a uma estratégia compatibilista da responsabilidade moral — a saber, a de que esta não dispõe dos recursos

conceituais necessários para acomodar nossas intuições acerca de casos de manipulação tácita — não parece ser tão eficaz.

Vimos, em primeiro lugar, como um *semicompatibilista* (mas não talvez um compatibilista clássico) pode tentar fornecer uma resposta àquele ataque apelando para a relevância da história causal da formação dos estados mentais componentes de um processo deliberativo.

Em segundo lugar, vimos que a interpretação da noção de responsabilidade como possuindo um aspecto histórico não apenas permite ao semicompatibilista fornecer uma resposta àquele ataque anticompatibilista, mas também mostrar que o anticompatibilista é quem parece enfrentar dificuldades para acomodar nossas intuições sobre casos de manipulação. Na medida em que o semicompatibilista pode fazer uma distinção entre um processo deliberativo que tem origem nos próprios mecanismos de respostas cognitivas, afetivas e conativas de um agente ao mundo e um processo deliberativo que não tem origem em tais mecanismos, o semicompatibilista parece ser capaz de mostrar como processos manipuladores impedem a atribuição de responsabilidade moral.

Consideramos, em seguida, uma série de casos de processos manipuladores e avaliamos em quais situações o agente poderia ser dito responsável. Vimos que em processos MLI e MG não estamos propensos a atribuir responsabilidade aos agentes assim manipulados. Por outro lado, vimos que certos processos MLR, em que os mecanismos responsáveis pelas respostas cognitivas, afetivas e conativas do agente ao mundo *não* são impedidos de funcionar normalmente, são casos em que o semicompatibilista pode atribuir responsabilidade moral aos agentes, ainda que estes estejam sujeitos a um processo manipulador.

Por fim, consideramos um caso específico de um processo MG, que nos permitiu avaliar a aplicabilidade da estratégia semicompatibilista a uma discussão corrente em bioética. Vimos que, para um semicompatibilista, casos de planejamento de determinadas características de um indivíduo, através de um procedimento de manipulação genética, não nos impediriam de atribuir responsabilidade pelas ações de um indivíduo assim manipulado.

Referências Bibliográficas

- AYER, Alfred J. (1954). "Freedom and Necessity", in *Philosophical Essays*, London: Macmillan.
- BEROFISKY, Bernard (2003). "Classical Compatibilism: Not Dead Yet", in *Moral Responsibility and Alternative Possibilities*, edited by D. Widerker & M. McKenna, Burlington: Ashgate.
- DENNETT, Daniel C. (1984). *Elbow Room: The Varieties of Free Will Worth Wanting*, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DOUBLE, Richard (1991). *The Non-Reality of Free Will*, Oxford: Oxford University Press.
- DWYER, Susan (2006). "How Good Is the Linguistic Analogy?", In *The Innate Mind: Culture and Cognition*, edited by P. Carruthers, S. Laurence & Stich, S., Oxford: Oxford University Press.
- FISCHER, John M. (1994). *The Metaphysics of Free Will: An Essay on Control*, London: Blackwell.
- (2006). *My Way: Essays on Moral Responsibility*, Oxford: Oxford University Press.
- FISCHER, John M. & RAVIZZA, Mark (1998). *Responsibility and Control: A Theory of Moral Responsibility*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANKFURT, Harry (1969). "Alternate Possibilities and Moral Responsibility", *Journal of Philosophy*, 66: 828-839.
- (1988a). "Freedom of the Will and the Concept of a Person", In *The Importance of What We Care About: Philosophical Essays*, Cambridge: Cambridge University Press.
- (1988b). "Three Concepts of Free Action", In *The Importance of What We Care About: Philosophical Essays*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GIBBARD, Allan (1992). *Wise Choices, Apt Feelings: A Theory of Normative Judgment*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- HABERMAS, Jürgen (2003). *The Future of Human Nature*, translated by Hella Beister, Max Pensky & William Rehg, Cambridge: Polity Press.
- HAUSER, Marc D. (2006). *Moral Minds: How Nature Designed our Universal Sense of Right and Wrong*, New York: HarperCollins.
- KANE, Robert (1996). *The Significance of Free Will*, New York: Oxford University Press.
- KAPITAN, Tomis (2000). "Autonomy and Manipulated Freedom", *Philosophical Perspectives*, 14: 81-103.

- MELE, Alfred R. (1995). *Autonomous Agents: From Self-Control to Autonomy*, Oxford: Oxford University Press.
- (2002). “Autonomy, Self-Control, and Weakness of Will”, in *The Oxford Handbook of Free Will*, edited by R. Kane, Oxford: Oxford University Press.
- MILGRAM, Stanley (1963). “Behavioral Study of Obedience”, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 67, 4: 371-378.
- MOORE, G. E. (1912/2005). “Free Will”, in *Ethics*, edited by William H. Shaw, Oxford: Clarendon Press.
- NICHOLS, Shaun (2005). “Innateness and Moral Psychology”, In *The Innate Mind: Structure and Contents*, edited by P. Carruthers, S. Laurence & Stich, S., Oxford: Oxford University Press.
- PRINZ, Jesse (2008). “Is Morality Innate?”, In *Moral Psychology: The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*, edited by W. Sinnott-Armstrong, Cambridge, Mass.: MIT Press.
- SANDEL, Michael (2007). *The Case Against Perfection: Ethics in the Age of Genetic Engineering*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SCHLICK, Moritz (1939). *Problems of Ethics*, translation by David Rynin, New York: Prentice Hall, Inc.
- SLOTE, Michael (1980). “Understanding Free Will”, *The Journal of Philosophy*, 77, 3: 136-151.
- SRIPADA, Chandra Sekhar & STICH, Stephen (2006). “A Framework for the Psychology of Norms”, In *The Innate Mind: Culture and Cognition*, edited by P. Carruthers, S. Laurence & S. Stich, Oxford: Oxford University Press.
- STRAWSON, Peter F. (1974/2008). “Freedom and Resentment”, in *Freedom and Resentment and Other Essays*, London: Routledge.
- VAN INWAGEN, Peter (1983). *An Essay on Free Will*, Oxford: Clarendon Press.
- WILLIAMS, Bernard (1995). *Making Sense of Humanity and Other Essays*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WOLF, Susan (1990). *Freedom within Reason*, Oxford: Oxford University Press.